

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 998 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 1999



## Comissões discutem o uso das águas do rio São Francisco

Audiência pública conjunta reunirá técnicos para avaliar projeto de transposição, destinado a irrigar áreas do sertão nordestino

O projeto de transposição do rio São Francisco, para irrigação de áreas do sertão nordestino, será o tema de audiência pública promovida hoje, a partir das 18 horas, pelas co-

missões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos. O requerimento de convocação da audiência prevê ampliação do debate sobre os usos múltiplos das águas do rio.

PÁGINA 5



Os senadores analisarão alterações feitas pela Câmara ao projeto que previa anistia apenas aos eleitores que deixaram de votar em 1998

### PLENÁRIO APRECIA MUITAS A CANDIDATOS QUE COMETERAM INFRAÇÕES ELEITORAIS

O plenário apreciará hoje projeto que prevê anistia às multas impostas aos candidatos que cometeram infrações eleitorais em 1996 e 1998, além do perdão às multas cobradas de eleitores que não foram às urnas em 1998.

PÁGINA 3

### Senadores pedem agressividade comercial

Três senadores pediram ontem maior agressividade nas exportações, ao comentar reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle.

PÁGINA 8

### ACM DEFENDE SALÁRIO MÍNIMO DESVINCULADO DA PREVIDÊNCIA

PÁGINA 2



Antonio Carlos acredita que o aumento do mínimo dará "base moral" aos três Poderes para aumento do teto

# ACM quer reajuste do salário mínimo para trabalhador da ativa

Solução seria criar salário de referência para a Previdência mediante emenda constitucional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem o aumento do salário mínimo para os trabalhadores da ativa. Para isso, na opinião do senador, o governo teria que desvincular os benefícios pagos pela Previdência Social do salário mínimo, evitando assim o crescimento do déficit com um aumento salarial generalizado:

— O que eu quero é melhorar o salário de quem ganha pouco. O que eu não quero é que fique em R\$ 136. O governo pode criar um salário de referência — defendeu Antonio Carlos, explicando que para isso seria necessária a aprovação de uma emenda constitucional.

O presidente afirmou que apenas com o aumento do salário mínimo os três Poderes terão “base e moral para fazer qualquer aumento de teto”. Ele esclareceu que não participou de qualquer acordo para fixar esse teto em R\$ 12,7 mil, mas acrescentou que não vai ficar sozinho contra os outros Poderes:

— Todos querem o teto, faço a restrição da minha assinatura. O meu ponto de vista é o ponto de vista do Senado: melhorar (o salário de) todo mundo. É por isso que vou lutar. Mas é óbvio que eu não vou atrapalhar a ação dos outros Poderes — declarou.

Para ele, somente um acordo tornaria possível a aprovação ainda este

ano da reforma tributária, mas ressaltou não acreditar que haja tempo para apreciação em plenário.

Sobre a votação pela CCJ de 14 pedidos do Supremo Tribunal Federal para abrir processos contra senadores esta semana, Antonio Carlos declarou que deseja que o Senado se pronuncie o quanto antes sobre essas solicitações:

— Para que não fiquem vocês, todo dia, dizendo que o Senado não vota as licenças para senadores. O Senado pode conceder a licença ou não, mas deve votar — afirmou aos jornalistas.

Antonio Carlos comentou ainda o episódio sobre a aprovação do projeto que restringe a edição de medidas provisórias, atualmente em tramitação na Câmara. Ele disse que o desentendimento com o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), está superado, pois o deputado se desculpou das declarações dadas durante a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Petrópolis (RJ):

— Ele já foi até diplomata. Ou é diplomata. E realmente ele usou essa diplomacia lá em Petrópolis, na reunião. Eu confesso que entrei sem cumprimentá-lo, mas ele foi à mesa e me cumprimentou. Depois ele disse que queria me dar um abraço e deu o abraço. Então não posso mais tratar desse assunto.



## AMERICANOS VISITAM SENADOR

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem à tarde, em audiência no gabinete da presidência, o deputado estadual da Bahia Jusmiri Oliveira, que veio ao Senado acompanhado de empresários americanos que estão investindo no projeto da “bacia leiteira” do oeste baiano.



TERÇA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 1999

AGENDA

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

11h00 — Recebe grupo de prefeitos do estado do Rio de Janeiro

12h00 — Participa da cerimônia de sanção do projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência — *Palácio do Planalto*

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 55/99, altera dispositivo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto; emendas da Câmara ao \*PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral; \*PDL nº 110/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sonora em onda média na cidade de Mineiros (GO); \*PDL nº 121/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa A Gazeta do Espírito Santo — Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serra (ES); e \*PR nº 47/98, que autoriza o estado de Rondônia a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 12.2.98, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado de Rondônia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 146,9 milhões.

## COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: \*Mensagem nº 217/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia do Brasil, no valor de US\$ 150 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada a composição de linha de crédito e ao refinanciamento do BNDES; \*Ofício “S” nº 61/99, que encaminha ao Senado parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Campo Largo (PR) para contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado), no âmbito do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, no valor de R\$ 5 milhões, destinada aos investimentos financiáveis pelo Programa Paraná Urbano (FDU) e vilas rurais; \*Ofício “S” nº 54/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip-99/029, de 13.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de João Dourado (BA) para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr) administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (Desenbanco), no valor de R\$ 663 mil, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano; \*Ofício “S” nº 53/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip-99/019, de 13.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Dias d’Ávila (BA) para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana (Produr), administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A (Desenbanco) no valor de R\$ 2,9 milhões, destinada a investimento na área de desenvolvimento urbano; \*PLC nº 56/99, que dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S/A para a Superintendência de Seguros Privados (Susep); \*Ofício “S” nº 60/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/033, de 29.10.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado da Bahia para prestação de garantia e contragarantias às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavouira Cacouveira Baiana, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, no valor de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 14 milhões referentes à renovação da operação autorizada pela Resolução nº 105/97 do Senado e R\$ 600 mil relativos ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do programa; \*Ofício nº 57/99, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG) para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Somma) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 1,6 milhão, destinado a projetos de modernização administrativa; \*Ofício nº 58/99, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da prefeitura municipal de Belo Horizonte (MG) para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização dos Municípios (Fundo Somma) administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 17,84 milhões, destinado a obras de infra-estrutura urbana; \*PLS nº 491/99, altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; \*Ofício nº 56/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central do Brasil a respeito da solicitação do governo do Distrito Federal referente a operação de crédito baseada no contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Distrito Federal, com a intervenção do Banco de Brasília, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 647,9 milhões; e \*Ofício nº 62/99, que encaminha ao Senado parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 146 milhões, equivalentes a R\$ 285,4 milhões à taxa de câmbio de 11.10.99, destinados ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: \*PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da

rede pública; \*PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; \*PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLS nº 360/99, denomina “Governador Edmundo Pinto” trecho da rodovia BR-364; \*PLS nº 22/99, que denomina “Rodovia Governador Hélio Campos” trecho da BR-174; \*Requerimento do senador José Fogaça, solicitando a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro; \*PLS nº 594/99, que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia; \*PDLs que aprovam atos que renovam e outorgam concessão e permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora; e \*PDL nº 221/99, que aprova o ato que renova a concessão deferida à RBN — Rede Brasil Norte de Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus (AM). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: \*Projetos de lei de créditos adicionais pendentes na comissão; \*Emenda de plenário apresentada ao PDL nº 372/97 (contas do governo da República referentes a 1993); \*Emenda ao PDL referente à BR-342/MG — Aracaju-Salinas (Mensagem 343, de 1999-CN); \*PL nº 58/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 23 milhões, para reforço de dotação constante do orçamento vigente; \*PL nº 76/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A (Eletrosul) e de Furnas Centrais Elétricas S/A, crédito especial no valor de R\$ 466,8 milhões; \*PL nº 77/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor de diversas empresas do grupo Petróbras, crédito suplementar no valor total de R\$ 494,5 milhões, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas do mesmo grupo, no valor global de R\$ 472,5 milhões; \*PL nº 42/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de R\$ 353,1 milhões, para os fins que especifica; \*PL nº 44/99-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 9,8 milhões, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; \*PL nº 55/99-CN, que abre orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 11,5 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; \*PL nº 63/99-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 52,5 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*PL nº 74/99-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 336,1 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*PL nº 75/99-CN, que abre orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 343,5 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; \*PL nº 84/99-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 17,2 bilhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*PL nº 45/99-CN, que abre Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 291 mil para fins que especifica; \*PL nº 49/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 5,4 milhões, para os fins que especifica; e \*PL nº 85/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 10 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: \*Mensagem nº 233/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais e Econômicos

Audiência pública com a finalidade de prestar esclarecimentos a respeito da utilização do potencial do rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas.

Convidados: Airson Bezerra Lócio, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevaf); Raimundo Santos Garrido, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; José Theodorino de Araújo, presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Ceevasf); e Sérgio Barbosa de Almeida, ex-chefe da direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

19h30 — Subcomissão de Rádio e TV

Audiência pública “Violência na Mídia”

Convidados: Marta Suplicy, presidente do Grupo TVER; deputada Maria Elvira, presidente da Comissão de Educação da Câmara; José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; Jorge Wertheim, representante da Unesco no Brasil; e Tatiana Merlo Flores, pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## ESPECIAL

18h30 — A Subcomissão de Rádio e TV e a Unesco convidam para o lançamento dos livros *Criança e Violência na Mídia*, de Ulla Calsson e Cecília Von Feilitzen, e *Inocência em Perigo*, de Patrícia Dunaige e outros. *Cafezinho do Senado*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Projeto transforma a Funai em agência

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Nacional do Índio (Funai) em Agência de Proteção e de Desenvolvimento Indígena (Apodi). A iniciativa, segundo Jucá, pretende dar instrumentos para que o governo desenvolva uma política indigenista mais eficaz. "Será um órgão mais enxuto e ágil, com feição institucional e organizacional adequada às novas funções que a realidade política e social impõe nessa área de ação governamental", justifica.

Na avaliação do senador por Roraima, a Funai, com seu modelo de intervenção direta, se encontra superada. Jucá disse que a realização de vários foros de discussão com os segmentos da sociedade envolvidos com a política indígena comprovou que a proposta tem encontrado receptividade.

— Considerando que o Brasil tem excelente legislação de proteção indígena, entendemos que, com esse novo desenho institucional, o órgão a ser criado poderá alcançar um padrão superior de eficiência e eficácia na gestão dos recursos naturais e do patrimônio indígena, e na formulação e implementação de políticas de saúde e educação em benefício das populações indígenas, além de estar melhor instrumentalizada para articular a participação de entidades não-governamentais nas ações públicas do setor — explica o parlamentar.

De acordo com o projeto de Romero Jucá, o Executivo editará decreto dispondo sobre a estrutura básica do novo órgão. A proposta transfere para a Apodi toda a infraestrutura hoje existente na Funai, tal como presidência, conselho indigenista, escritórios estaduais, diretorias e pessoal, além de todo o patrimônio indigenista e receitas orçamentárias. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

# Plenário vota hoje anistia para multas eleitorais

Projeto em exame beneficia candidatos processados por infrações e eleitores que não votaram nos dois últimos pleitos

O plenário do Senado vota hoje modificações feitas pela Câmara dos Deputados em projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que anistia multas cobradas aos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 1998. Na forma original, o projeto isentava apenas os eleitores que não compareceram às eleições realizadas nos dias 4 e 25 de outubro de 1998. A Câmara incluiu na anistia os faltosos às eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e estendeu o benefício às multas impostas aos candidatos eleitos que cometeram infrações nas eleições de 1996 e 1998.

As emendas da Câmara foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo obtido parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Os senadores votam ainda, em



Camata, autor do projeto que foi alterado pela Câmara e retornou ao Senado

regime de urgência, projeto que amplia para 2001 o prazo para que os clubes sejam transformados em empresas, nos termos do que determina a Lei Pelé. Com a modificação, os clubes passarão a se ade-

quar à lei em 2001, mesmo ano em que os atletas passam a ser os donos de seus passes. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) relatou a matéria favoravelmente na Comissão de Educação. Em seu parecer, a senadora diz que um prazo maior contribuirá para que seja aprofundada a discussão sobre o assunto.

Além dessas matérias, o plenário decide se autoriza o estado de Rondônia a contratar operação de refinanciamento de dívidas junto à União, no valor total de R\$ 146,9 milhões, nos termos do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A Comissão de Assuntos Econômicos recomenda a aprovação do acordo, conforme parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

## Comissão de Justiça analisa indicação de Flávio Bierrenbach para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje a indicação do nome do ex-deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O indicado será sabatinado pelos membros da CCJ, em reunião marcada para após a realização da Ordem do Dia do Senado. A votação será secreta.

Flávio Bierrenbach, 60 anos, é advogado e iniciou a sua carreira política como vereador na Câmara Municipal de São Paulo, em 1977. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual e, em 1983, chegou à Câmara dos Deputados.



A Comissão de Justiça vai sabatar o indicado para o Superior Tribunal Militar

Flávio Bierrenbach também exerceu a presidência do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, de 1987 a 1989.

O indicado para assumir uma vaga no STM é autor de vários livros, entre os quais *Poder e Legi-*

*timidade, Tempos de Oposição e A Luta pela Democracia no Brasil.* Flávio Bierrenbach, que também é piloto privado, possui várias condecorações, entre as quais a Ordem do Mérito Judiciário Militar, conferida a ele em 1994 pelo próprio STM.

## Parlamentares apreciam créditos suplementares

Todos os projetos que tratam da abertura de créditos adicionais nos orçamentos da União estão na pauta da reunião de hoje da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A comissão reúne-se a partir das 15 horas, sob a presidência do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Entre as matérias, consta pro-

jeito de lei que abre crédito suplementar no Orçamento Fiscal em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 336 milhões. Os recursos destinam-se ao reforço de dotações dos fundos aeronáutico, aeroviário, naval e do ensino profissional marítimo. O relator do projeto é o senador José Alencar (PMDB-MG), favorável à aprovação da matéria.



Alencar deu parecer favorável ao projeto que abre crédito suplementar ao Ministério da Defesa

## Carlos Wilson homenageia empresário João Lyra Filho

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) homenageou o empresário e político pernambucano João Lyra Filho, falecido no dia 17 de novembro último, aos 86 anos de idade. Ex-deputado federal, estadual e por duas vezes eleito prefeito de Caruaru, em Pernambuco, "Seu João de Caruaru", como ele se tornou conhecido, era pai do ex-deputado e ex-ministro da Justiça Fernando Lyra e do atual prefeito da mesma cidade, o também empresário e político João Lyra Neto.

De acordo com Carlos Wilson, João Lyra Filho cedo deixou Lagoa dos Gatos, sua cidade natal, indo aos 16 anos trabalhar em Caruaru, onde seria balconista, mascate de feira, motorista de caminhão e comerciante, entrando para a política em razão de sua amizade com os políticos. "Não era político militante — fri-sou o senador —, mas os mandatos populares foram surgindo sucessivamente e, desde o início de sua vida pública, afirmou-se como político de cunho renovador e progressista."

— Político independente, sempre abraçou as causas populares, com matizes de esquerda, mas sem radicalismos. Homem conciliador, foi admirado e respeitado por todas as facções políticas e deixou sua marca em Pernambuco, como exemplo de empresário e de homem público — acrescentou.

Carlos Wilson lembrou que a administração de João Lyra como prefeito de Caruaru ainda é lembrada, não só pela "austeridade que imprimiu ao seu trabalho e a seus auxiliares", como também pela prática "de rigoroso comportamento ético e pelo compromisso de serviço abnegado ao povo".

— O Seu João de Caruaru deixa um exemplo de firmeza de caráter e dignidade ímpares; deixa a marca de um político sensível, sincero e cordato, que não cultivava ressentimentos, sempre admirado pelo povo pernambucano. Chegou ao fim da vida como um homem vitorioso e realizado e deixa uma enorme saudade naqueles que privaram de seu convívio — afirmou o senador.

# CE vota prorrogação da Subcomissão do Cinema

Requerimento é do senador José Fogaça e poderá prorrogar os trabalhos, que deveriam ser encerrados no próximo dia 15, por mais um ano. Também haverá votação sobre a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública

Na reunião marcada para as 11h30 de hoje, a Comissão de Educação (CE) avalia uma pauta de 24 itens, entre os quais requerimento do senador José Fogaça (PMDB-RS) solicitando a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro, que preside.

Se o requerimento for aprovado pela comissão e pelo plenário, a subcomissão, que em princípio teria de encerrar suas atividades no próximo dia 15, terá seu funcionamento estendido até 15 de dezembro de 2000.

Entre os projetos em caráter terminativo – ou seja, cuja tramitação no Senado esgota-se na comissão, exceto se houver recurso para que sejam votados em plenário – estão o que denomina “Governador Edmundo Pinto” um trecho da rodovia BR-364 e o que denomina “Rodovia Governador Hélio Campos” um trecho da BR-174.

A CE também dá a decisão final sobre os projetos que criam o Dia Nacional do Imigrante Italiano e o Dia Nacional do Advogado. O primeiro tem parecer favorável da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), enquanto o segundo recebeu parecer contrário do senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CE também vota terminativamente, em turno suplementar, projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública. A votação em turno suplementar é necessária porque a comissão não aprovou o projeto original, mas um substitutivo oferecido pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE).

Entre as proposições que terão necessariamente de ser votadas em plenário, está o projeto de lei que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia.

Ainda na pauta, 17 projetos de decreto legislativo autorizando outorgas e renovações de concessões e permissões de rádio e televisão em todo o país, que também serão submetidos ao plenário do Senado.



A Comissão de Educação inicia seus trabalhos hoje às 11h30 tendo uma pauta de 24 itens para serem analisados

## Geraldo Cândido alerta para o aumento da violência contra a mulher em todo o mundo

Ao chamar atenção para o aumento da incidência de violência contra a mulher, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que a única forma de resolver o problema é romper a barreira do medo, da vergonha e da crença na impunidade. O senador lembrou a



Cândido: é preciso romper a barreira do medo e da vergonha

passagem do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, no último dia 25.

Geraldo Cândido disse que as mulheres vítimas de violência devem sempre buscar ajuda e denunciar seus agressores. “Se hoje existem leis que avançam no campo dos direitos humanos, outras ainda precisam ser alteradas com urgência”,

frisou. Conforme o senador, a violência contra a mulher é um problema mundial que atinge mulheres independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social, afetando, sobretudo, o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e a autoestima das mulheres.

Com base em relatório da Organização das Nações Unidas, Geraldo Cândido ressaltou que a preferência por filhos do sexo masculino afeta mulheres de muitos países, particularmente da Ásia. Ele disse que na Índia pratica-se a seleção do sexo do

bebê, onde cerca de 95% dos abortos voluntários são de fetos do sexo feminino.

As estatísticas da violência contra a mulher, considerada um “crime menor” pela sociedade, disse o senador, mostram uma ocorrência a cada dia maior de crimes dessa natureza. Cândido citou o dossiê “Violência Contra a Mulher”, elaborado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, que, segundo o senador, apresenta um panorama mundial bastante preocupante.

Ele também se reportou ao livro *Primavera já partiu – Retrato dos Homicídios Femininos no Brasil*, da professora do Departamento de Sociologia da UnB Lourdes Bandeira, lançado no ano passado e que aponta a escalada da violência em todo o país.

## Subcomissão de Rádio e TV lança livros sobre violência

Em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Subcomissão de Rádio e TV lançará hoje, às 18h30, em cerimônia no Café dos Senadores, dois livros: *Criança e Violência na Mídia*, de Ulla Carlsson e Cecilia von Feilitzen, e *Inocência em Perigo*, de Patrice Dunaigre e outros.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Após a cerimônia, a subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Educação e presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), realiza outra atividade relevante hoje: audiência pública sobre o tema “Violência na Mídia”.

A audiência terá a participação da presidente do grupo TVER, Marta Suplicy, da presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, deputada Maria Elvira, do secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, e do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. Também estará presente a pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires, Tatiana Merlo Flores.

## Maria do Carmo diz que Aids matou 2,6 milhões este ano

“Chegou a hora de a sociedade meditar sobre a tragédia da Aids, que se abateu sobre a humanidade nos últimos vinte anos, e cuja extinção tem se mostrado tão complexa”, afirmou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ao registrar o Dia Mundial de Combate à Aids, ocorrido no último dia 1º. Na avaliação da senadora, apesar de todos os esforços desenvolvidos no mundo, a doença continua atemorizando as autoridades sanitárias. A Aids matou, apenas neste ano, 2,6 milhões de pessoas, a maior incidência de óbitos desde o surgimento da doença, que já fez mais de 16 milhões de vítimas, informou.

– O Brasil tem lutado bravamente

para solucionar o problema e já obteve resultados positivos. A atual política de assistência farmacêutica, do Programa de Assistência e Controle da Aids, que permitiu o acesso gratuito aos medicamentos e monitoramento laboratorial na rede pública, abrangeu, este ano, 75 mil pessoas e resultou em uma economia de R\$ 521 milhões para os cofres públicos – destacou.

Maria do Carmo Alves salientou que a Aids é doença que exige a participação das pessoas próximas ao infectado



Maria do Carmo pede reflexão sobre a tragédia da Aids

e que o Ministério da Saúde, responsável pelo sistema de vigilância epidemiológica, oferece diagnóstico, aconselhamento, assistência médico-hospitalar, farmacêutica e social, além de ter parceria com organizações não-governamentais e comunitárias.

– O país registrou queda no índice de mortes de aids em nos últimos dois anos.

E, inegavelmente, as políticas públicas para o setor têm tido um caráter humanitário, observou.



A Comissão de Assuntos Econômicos também examinará a transferência de atribuições do IRB-Brasil para a Susep

## CAE analisa oito solicitações de contratação de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará e votará, na reunião de hoje, oito pedidos de operação de crédito. O primeiro item da pauta é a mensagem do Executivo solicitando a contratação de crédito externo, no valor de US\$ 150 milhões, destinado à composição de linha de crédito e refinanciamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outros dois pedidos de contratação de crédito que serão examinados pela comissão foram feitos pela prefeitura de Belo Horizonte. O primeiro crédito, no valor de R\$ 1,625 milhão, será aplicado em projetos de modernização administrativa, no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios. O outro, no valor de R\$ 7,084 milhões, deverá ser destinado a obras de infraestrutura urbana.

Três outras prefeituras também solicitaram contratação de operação de crédito. Campo Largo (PR) pediu R\$ 5 milhões para aplicar em investimentos financeiros do Programa Paraná Urbano. A prefeitura de João Dourado

(BA) solicitou R\$ 663 mil para investimentos na área urbana, e a de Dias d'Ávila (BA), R\$ 2,992 milhões para o mesmo fim.

O governo da Bahia solicitou R\$ 15 milhões para operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Desse total, R\$ 14,4 milhões são referentes à renovação de operação autorizada por resolução do Senado e os restantes R\$ 600 mil são relativos ao resíduo da margem não utilizada na primeira etapa do programa.

O Distrito Federal solicitou operação de crédito de R\$ 647,983 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Todos os pedidos de contratação de crédito terão de ser votados pelo plenário, após a aprovação pela comissão.

Os outros dois itens da pauta são: projeto de lei terminativo do Senado que altera a legislação sobre normas gerais de desportos e projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a transferência de atribuições do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil) para a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

## Arruda quer sede de tribunais desportivos no Distrito Federal

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto que transfere para o Distrito Federal os tribunais de Justiça Desportiva (TJD) das entidades nacionais de administração do desporto. Em outra proposta, o senador sugere que também deverão ter sede na capital federal as entidades nacionais de administração do desporto. As matérias foram encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Ao justificar a proposta, Arruda afirma que, até por uma questão de economia processual, recomenda-se a integração dessas entidades numa mesma região, o que possibilitaria "a melhor operacionalização de suas atividades,



A proposta de José Roberto Arruda aguarda decisão da CCJ

seja em razão de relacionamentos necessários com órgãos públicos, seja pela facilidade de comunicação entre as próprias entidades representativas".

— Estamos convencidos de que a manutenção de tais órgãos equidistantes de pressões e paixões regionais será fundamental para a autonomia e independência de suas decisões — argumenta.

Com relação ao projeto de trazer as sedes dos TJD para Brasília, Arruda acrescentou dispositivo transferindo das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos estados, para o Conselho Federal da OAB, o direito de indicar três dos membros que integram o tribunal. O objetivo é "evitar a interferência ou pressões de interesses regionais na decisões do tribunal", disse.

# Três comissões debatem uso do potencial hídrico do São Francisco

Autoridades e técnicos da área serão ouvidos, entre outras coisas, sobre o projeto de transposição das águas para irrigar o sertão nordestino

Os senadores das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) reúnem-se hoje, às 18h, em audiência pública, para discutir a utilização do potencial do rio São Francisco, com destaque para o projeto de transposição das águas do rio para irrigação de áreas do sertão nordestino.

Por requerimento assinado pelas senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José Santos Garrido, o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Ceeivasf), José Theodomiro de Araújo, e o ex-diretor de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida, foram convidados para debater a questão.

— A audiência conjunta das três comissões do Senado possibilitará introduzir o debate sistemático sobre os diversos aspectos envolvidos na proposta de transposição das águas do rio São Francisco, como também sobre o caráter de múltiplos usos de suas águas — afirma o requerimento assinado pelos senadores.

Para Heloísa Helena, idealizadora da



Reservatório de Itaparica, no São Francisco: transposição das águas do rio provoca polêmica entre os estados nordestinos

audiência pública, criou-se uma falsa polêmica entre os estados que são banhados pelo São Francisco e os que não são. Ela acredita que não há esse tipo de predisposição contrária dos estados que têm o rio. "Isso seria uma falta de solidariedade com os demais estados do Nordeste", afirma a representante de Alagoas. Por outro lado, Heloísa acredita que a transposição das águas do rio não é panacéia, já que os estados cortados pelo São Francisco são os mais miseráveis do Nordeste.

— A elite nunca se dispôs a utilizar as águas em projetos de abastecimento, irrigação e dinamização da economia local como forma de geração de emprego e renda. A discussão precisa ser feita da forma mais técnica possível. Existem

dados que apontam que não existe excesso de águas no rio e que a irrigação no próprio vale já absorveria toda a água do rio — declarou Heloísa.

Para a senadora, antes da transposição para os demais estados do Nordeste é preciso garantir o aumento do volume de águas do São Francisco com a transposição de outras bacias, como é o caso da bacia do Tocantins. Na audiência pública, Heloísa quer discutir ainda a reforma agrária e a política fundiária na região ribeirinha do São Francisco para que pequenos e miniproprietários rurais sejam beneficiados pelos projetos de irrigação. A situação ambiental do rio, "muito difícil", também será abordada pela senadora, por existirem inclusive áreas de salinização das águas.

## Alcântara contesta mito de que não há segregação

Referindo-se à passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no último dia 20, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou que pesquisas recentes demonstram que a população negra brasileira vive sob condições desiguais de emprego e segurança. Ele defendeu a denúncia constante do mito de que não há segregação racial no Brasil.



São negros 50% dos desempregados do país, destacou Lúcio Alcântara

Segundo o senador, levantamento orientado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou que existe um significativo preconceito contra os negros no mercado de trabalho, evidenciado por um elevado índice de desemprego entre os trabalhadores ne-

gros. Eles também têm salários menores que os dos brancos, menor estabilidade em suas vagas e maior distância dos cargos de chefia, relatou Alcântara.

De acordo com a pesquisa citada por Alcântara, cerca de 50% dos desempregados do Brasil são negros. Aqueles que estão empregados recebem metade da média salarial que os brancos recebem — como é o caso de São Paulo — e apenas 8,7% da população ativa que ocupa cargos de direção é composta por negros, enquanto entre os brancos esta proporção sobe para 18%.

Outra pesquisa, esta realizada pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo, apontou que os negros são as maiores vítimas de violência policial. Somente no

terceiro trimestre deste ano, das 202 pessoas assassinadas naquela capital, 125 eram negras (62%). O senador observou ainda que a população negra tem que conviver com o "emblema da marginalidade construído no imaginário nacional sobre o indivíduo negro".

— Não nos resta outra tarefa senão a de desmitificar, de uma vez por todas, o romântico postulado de que não há segregação racial no Brasil. Ela existe e deve ser diariamente denunciada por todos aqueles que prezam minimamente o respeito pelos direitos humanos, pela dignidade e pelos valores de justiça e igualdade — sintetizou.

Ao afirmar que a reversão desse quadro depende da aplicação de políticas sociais concretas, Alcântara elogiou ações empreendidas pelo governo Fernando Henrique, como a delegação de prerrogativas ao Ministério da Cultura, via Fundação Palmares, para conferir título de propriedade de terra aos afro-brasileiros remanescentes dos quilombos.

O senador ressaltou as propostas já em tramitação no Congresso que instituem reserva de vagas a negros para os cargos e empregos públicos e em universidades públicas.

# Iris Rezende defende governador do DF

O senador recordou a trajetória de Joaquim Roriz, na sua opinião “sempre voltado às camadas mais pobres da população”, e o eximiu da acusação de ter sido responsável pela violência policial que resultou na morte de funcionário da Novacap

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu ontem o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, das acusações de que teria sido responsável pela violência da ação policial que culminou na morte do funcionário da Novacap José Ferreira da Silva e na perda do olho esquerdo de outros dois. Iris lembrou a trajetória política de Roriz e garantiu que o governador nunca foi dado a atos de brutalidade, agressão ou desrespeito às pessoas. “Ele sempre foi voltado às camadas mais pobres da população”, afirmou o senador.

Iris explicou que está acompanhando com serenidade as atitudes de Roriz e disse estar certo de que o governador irá às últimas conseqüências para apurar todas as circunstâncias da ação policial e punir os responsáveis. Para assegurar a total transparência do processo, continuou o senador, Roriz convidou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Polícia Federal



Iris Rezende informou que Roriz distribui 73 mil cestas básicas por mês

para acompanharem as investigações.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, disse saber o quanto é difícil para um governante controlar todas as ações de governo. “Roriz não tem vocação de tirania ou do exercício do arbítrio”, afirmou. Lobão manifestou sua solidariedade a Roriz e afirmou que também está acompanhando as providências que estão sendo tomadas. O

senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que não esperava outra atitude de Roriz. Para ele, a polícia de Brasília precisa ser a mais preparada, até para servir de exemplo para outros estados. O senador defendeu um controle maior sobre as polícias militares devido às sucessivas chacinas em que estão envolvidas, como a de Corumbiara.

Iris Rezende previu que, ao final das apurações, as atitudes de Roriz vão servir de exemplo para todo o país. “Policiais vão pensar até mil vezes antes de cometer esse tipo de ato novamente”, ressaltou o senador. Iris lembrou ainda que foi Roriz quem criou áreas no Distrito Federal para a população mais pobre. O senador informou também que Roriz distribui 73 mil cestas básicas por mês, 81 mil litros de leite e 162 mil pães por dia e, brevemente, vai inaugurar 19 restaurantes populares que servirão refeições ao preço único de R\$ 1,50. “Podemos afirmar que, hoje, ninguém passa fome no Distrito Federal”, concluiu.

## Tebet lamenta onda de violência que ocorre no país

Sustentando que o Brasil está assistindo a uma onda de violência sem precedentes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lastimou ontem que o próprio secretário de Fazenda e cunhado do atual prefeito de Mundo Novo (MS) tenha sido um dos mandantes do assassinato da prefeita Dorcelina Folador. Ele elogiou o diretório municipal do PMDB por ter expulsado o prefeito, que, mesmo sabendo do crime cometido pelo cunhado, o nomeou secretário de Fazenda.



Tebet aplaude expulsão de prefeito do PMDB

O senador pediu que as autoridades competentes ponham fim à violência e acabem com a impunidade no país. Depois de afirmar que a onda de crimes em que está mergulhado o país envolve pessoas em todos os poderes da República, o parlamentar lastimou que Mato Grosso do Sul tenha entrado em tão amarga estatística. Conforme seu testemunho, Dorcelina Folador vinha exercendo seu mandato de prefeita com eficiência e atendendo aos legítimos interesses da população de Mundo Novo, detendo mais de 80% de aprovação popular.

Relatando que ela foi covardemente assassinada a tiros, de forma traiçoeira, Ramez Tebet disse que não só os filhos, mas a população de Mundo Novo ficou órfã com essa morte.

## Simon homenageia João Goulart no aniversário de sua morte

Ao homenagear o ex-presidente da República João Goulart no aniversário de sua morte, ocorrida em 6 de dezembro de 1978, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o único presidente brasileiro a morrer no exílio, após ter sido acusado de corrupto por toda a imprensa e derrubado do poder pelo golpe militar de 1964, hoje é considerado um dos vinte maiores estadistas da história política brasileira, conforme balanço realizado pela revista *IstoÉ*. “A história acaba dizendo a verdade”, afirmou.

Simon comparou dois momentos protagonizados por Auro Moura Andrade, que declarou vaga a Presidência da República em 1961 e 1964. Na primeira vez Moura Andrade foi “juridicamente correto”, avaliou o senador, pois estava com uma carta de renúncia nas mãos. Já em relação a Jango, enfatizou, o presidente não escrevera nenhuma carta de renúncia e se encontrava em Porto Alegre, na casa do comandante do III Exército, quando Moura Andrade repetiu a cena de 1961: “Não há como imaginar ou fazer qualquer análise sobre aquela decisão”. Entre os vários protestos, Simon ressaltou o de Tancredo Neves, que imediatamente registrou o golpe em andamento.

As duas declarações de Moura Andrade constam do CD-ROM *Grandes Momentos do Parlamento*, dois volumes distribuídos pela Mesa do Senado que reúnem pronunciamentos parlamentares que impactaram a política nacional,



Pedro Simon disse que história sempre “acaba dizendo a verdade”

informou o senador. Foi através deles que Simon disse ter tomado conhecimento de um golpe de Estado promovido pelo presidente do Congresso Nacional. “Já conheci vários tipos de golpe, mas golpe do presidente do Congresso, não conhecia”, afirmou.

Ao registrar o consenso de toda a mídia contra Jango, Simon relatou que, para contestar noticiário que dava conta de supostas compras de fazendas — “uma a quase toda semana” —, o presidente da República firmou em cartório o compromisso de, comprovada qualquer compra, vendê-la por US\$ 1 dólar. “Não saiu nem uma vírgula”, disse.

— Tenho medo da mídia quando ela se une — disse o senador, referindo-se ao grande consenso da imprensa contra Getúlio Vargas, em 1954, e contra Jango, dez anos depois. A seu ver, apenas duas vezes “a mídia organizada uniu-se em torno de bons propósitos, por ocasião das Diretas Já e do *impeachment* de Fernando Collor”.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) quis saber por que o procedimento de declarar a Presidência da República vaga não foi adotado após a renúncia de Fernando Collor. Simon explicou que a carta de renúncia de Collor estaria com o advogado, mas não foi apresentada antes da abertura da sessão do Congresso em que os parlamentares assumiram o papel de um tribunal sob a direção do presidente do Supremo Tribunal Federal para votar o *impeachment* presidencial.

## Heloísa Helena quer ver cumprido acordo sobre dívida agrícola

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou ontem o cumprimento do acordo celebrado há dois meses entre o governo e diversos partidos, inclusive o PT, para o refinanciamento das dívidas de produtores rurais. Segundo a senadora, embora o combinado fosse a extensão dos benefícios do refinanciamento a todos os produtores, independentemente do tamanho de suas propriedades, apenas os grandes fazendeiros com dívidas acima de R\$ 200 mil estão conseguindo reduzir seus débitos ou reestruturá-los em melhores condições.

— O governo tem que dar uma resposta aos mini, pequenos e médios agricultores, que estão sofrendo com o alto endividamento e encerrando suas atividades — disse a senadora.

Heloísa Helena leu dados do Censo Agropecuário de 1996, que pela primeira vez na história do país registrou o desaparecimento de cerca de 942 mil estabelecimentos entre 1985 e 1996, sendo 96% (906 mil) com áreas inferiores a 100 hectares. Cerca de 400 mil dos 906 mil pequenos estabelecimentos foram fechados nos dois primeiros anos do governo Fer-

nando Henrique Cardoso.

A senadora pediu à Mesa informações sobre o destino de um requerimento de 30 de setembro, em que o Senado pede ao ministro extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungmann, cópia de relatório feito pelas universidades de Campinas e de São Paulo sobre o programa Cédula da Terra, primeiro passo para a criação do Banco da Terra.

— Até o Banco Mundial já teve acesso ao relatório e o Senado, cuja missão constitucional é fiscalizar o Executivo, não teve — disse a senadora, que recebeu documentos e informações dando conta de fraudes no programa.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que presidia a Mesa, prometeu tomar providências para que o requerimento seja atendido.

A senadora Heloísa Helena também criticou o governo Fernando Henrique por erros graves cometidos em sua política de reforma agrária, entre eles a tentativa de quebrar a “espinha dorsal” dos movimentos de trabalhadores sem-terra. Na opinião da senadora, essa estratégia só fará gerar mais violência.



Heloísa Helena denunciou que só grandes fazendeiros estão conseguindo reestruturar débitos

## Prefeita resistia ao narcotráfico, diz senadora

A expulsão do prefeito de Mundo Novo (MS), Cleber Correia Souza, do PMDB, foi elogiada ontem pela senadora Heloísa Helena. Souza nomeou como secretário municipal de Fazenda seu cunhado Jusmar Martins da Silva, mandante do assassinato da ex-prefeita Dorcelina de Oliveira Folador. Jusmar e Roldão Teixeira de Carvalho, este acusado de ser o pistoleiro que matou Dorcelina, foram presos pela polícia estadual.

Na opinião da senadora, o assassinato da prefeita nada teve a ver com questões políticas e administrativas locais. Para ela, Dorcelina estava à frente de uma ação para resistir ao narcotráfico, cuja atuação é muito forte na região.

— Parabênico o PMDB pela expulsão do prefeito e espero que o crime seja devidamente apurado — disse Heloísa Helena.

## José Jorge aponta soluções para crise na Zona da Mata

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou ontem para os graves problemas da Zona da Mata nordestina, lembrando que 15 milhões de pessoas, em seis estados, estão sendo prejudicadas pela crise conjuntural que atinge as atividades agroindustriais canavieiras, face à perda de competitividade em relação à produção nas regiões Centro e Sul do país.

Para José Jorge, a solução dos problemas da Zona da Mata nordestina, em especial a de Pernambuco, é complexa e pressupõe ações no campo e nas cidades, racionalizando a lavoura e a indústria da cana-de-açúcar e diversificando as atividades econômicas. Também é necessário, segundo o senador, aproveitar oportunidades de investimentos nos setores urbanos e ações públicas na pesquisa tecnológica, capacitação de mão-de-obra, saneamento básico e saúde.

Em relação à crise do setor canavieiro, José Jorge alertou para medidas emergenciais que podem minorar o desemprego que já atinge parte significativa dos 350 mil trabalhadores do setor. Entre as medidas, citou a ampliação do programa bolsa-escola e abertura de uma linha de financiamento do Banco do Nordeste, no âmbito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), para plantio de cana-de-açúcar e obras de irrigação, com custos similares aos da região semi-árida.

O senador por Pernambuco listou mais de 30 atividades agropastoris que podem ser desenvolvidas na região,



José Jorge: solução para a região pressupõe ações no campo e nas cidades

ressaltando que algumas já obtiveram sucesso, como o bambu, o dendê, a bubalinocultura, a bovino-cultura do leite, a engorda confinada de bovinos, a cultura da seringueira, a piscicultura, a cultura de frutas como abacaxi, maracujá, laranja, limão e melão, e a floricultura.

Em nível de pesquisa, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) já identificou atividades potencialmente viáveis como sericultura (bicho-da-seda), caprinocultura, ovinocultura e culturas de caju, pimenta-do-reino, café robusta, tâmara, macadâmia e urucum, disse José Jorge.

Ao finalizar seu pronunciamento, José Jorge disse que o êxito dessas atividades econômicas dependerá de providências do setor público. "Serão necessários programas de assistência técnica ao produtor, criação de linhas de crédito, estímulo à formação de um mercado de terras, similar às imobiliárias urbanas, para facilitar o desmembramento de grandes fazendas pouco produtivas em unidades rurais de tamanho compatível com as novas atividades."

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiu o discurso do senador pernambucano, por seu diagnóstico dos problemas e apresentação de idéias e soluções. "O Senado deveria enviá-lo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro Pedro Malan e aos governadores da região."

## Requião acha que controle da Embraer já é francês

Senador envia requerimento pedindo informações ao governo sobre a real situação acionária da empresa construtora de aviões

Preocupado com a possibilidade de a França ter hoje participação majoritária no capital da Embraer, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou ontem que apresentará pedido de informações ao governo brasileiro para que explique essa questão. Requião referia-se à venda de 20% das ações ordinárias, o que significa 7% do capital total, feita recentemente pela Embraer a quatro empresas francesas e a um grupo anglo-suíço.

Observando que as empresas francesas ou são puramente estatais ou têm participação do Estado, e explicando que, na venda desse pacote, foi ofertada parte das ações do governo brasileiro, Requião disse que a questão fundamental é: "Tem ou não tem, neste momento, a França uma situação privilegiada em relação ao Brasil?". Ele próprio respondeu que, hoje, "a Embraer, montada com os esforços da nossa Aeronáutica, é muito mais francesa que brasileira, apesar das *golden shares* (ações preferenciais que dão assento

ao Ministério da Aeronáutica na direção da empresa, para defender os interesses nacionais vinculados a uma empresa desenvolvida pelo esforço brasileiro) e do capital mantido ainda em mãos do governo brasileiro".

Requião afirmou que, "mais uma vez, à sorrelfa, na escuridão e na madrugada, nós estamos vendo um investimento público, duramente conquistado pelo Brasil, entregue a setores militares estratégicos de outro país". No seu entender, isso resume o governo Fernando Henrique, "ou pelo menos mais uma das múltiplas facetas de um governo absoluta e rigorosamente entreguista".

O senador listou as empresas que compraram ações da Embraer, relatando a participação do governo francês no capital de três delas: Aerospatiale Matra (participação superior a 50%);



Requião: "Mais uma faceta de um governo entreguista"

Dassaut Aviation (aproximadamente 38%) e Thonson CSF (40%). As outras empresas do grupo comprador da Embraer foram: Sncma e o grupo British Aerospace-Saab.

Referindo-se a artigo publicado por Luís Nassif no jornal *Folha de S. Paulo*, que considerou interessante a nova composição da empresa, o senador disse que "pouco interessante foi o fato de que o Ministério da Aeronáutica, possuidor das famosas *golden shares*, não foi chamado à mesa de negociações".

Requião sustenta que nem esse ministério nem o governo brasileiro foram chamados a conhecer a operação. Por isso, está encaminhando seu requerimento de informações, que ainda não sabe a quem dirigir, mas que deverá ser respondido pelo governo brasileiro.

## Patrocínio vê no cooperativismo uma arma contra o desemprego

O cooperativismo pode contribuir decisivamente para a melhoria dos níveis de emprego do país e para um melhor desempenho da economia nacional, disse ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que se pronunciou sobre o tema para chamar a atenção do Congresso, dos executivos federal, estaduais e municipais, do Sebrae e de outras entidades representativas para essa alternativa.

A fórmula cooperativista surgiu no século passado, em Rochdale, na Inglaterra, exatamente para combater



Patrocínio: ajuda para melhorar a distribuição de renda

o desemprego dos tecelões, decorrente da introdução das primeiras máquinas industriais, lembrou o senador. Dessas primeiras cooperativas ao moderno cooperativismo, continuou, mantêm-se os mesmos princípios básicos: a adesão livre e voluntária, a gestão democrática, a participação econômica dos membros, a autonomia e a independência, atualmente acrescidos da responsabilidade com o meio ambiente e da oferta de educação, formação e informação para seus membros, e maior coopera-

ção entre estes e com a comunidade. O Brasil, na opinião de Carlos Patrocínio, estaria hoje em situação privilegiada no cooperativismo mundial, pois Roberto Rodrigues é o atual presidente da Aliança Cooperativa Internacional, entidade com mais de cem anos de existência, sede em Genebra e 850 milhões de associados. "É um motivo a mais para estimularmos o cooperativismo em nosso país", afirmou.

Outro efeito positivo do cooperativismo sobre a economia estaria no fato de ele também permitir melhor distribuição de renda, o que não é de pouca importância num país que se caracteriza por extrema concentração da renda, completou o senador.

## Eduardo quer incentivar microempresas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) acredita que o crescimento da economia e a geração de empregos no Brasil estão diretamente ligados ao desenvolvimento das pequenas, médias e microempresas. "Portanto, é essencial que elas recebam tratamento especial que as estimule a ampliar suas atividades", defendeu.

Segundo o senador, houve grande entusiasmo com o lançamento do programa Brasil Empreendedor, do governo federal, que previa 1,15 bilhão de operações, implicando recursos de R\$ 8 bilhões, em um ano, para capacitação e financiamento dessas empresas.

Essa expectativa foi frustrada, comentou, por estarem previstas apenas 500 mil operações, em 1999, através do Sebrae.

Eduardo Siqueira Campos acredita que as exigências do Refis (Programa de Recuperação Fiscal) estão afugentando os interessados, porque o programa "implica a necessidade de abertura das contas da empresa para a Receita Federal e tributação por lucro presumido".



Eduardo: é preciso explicar melhor o programa do governo

Para o senador, sem abdicar dessas exigências, os responsáveis pelo programa devem procurar, por meio de campanha pública, conscientizar os interessados da necessidade de cumprimento desses requisitos, parcelando em prestações mensais as importâncias correspondentes ao lucro presumido.

Com essa medida, aliada a outras que possam ser implementadas, acredita que haverá de crescer o número de operações.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Spinning bike  
7h30 — *Especial Unip* — Descoberta de novos medicamentos  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Álvaro Dias fala sobre recursos do BNDES para a agricultura  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Debate* — O senador Artur da Távola e o professor de Direito da UnB, Alexandre Bernardino, falam sobre a Constituição e o direito achado na rua  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Reunião conjunta das comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — *Jornal do Senado*  
Logo após — Subcomissão de Rádio e TV (gravado)

Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# Jefferson quer mais agressividade comercial

Para senador, o Brasil não pode perder tempo fazendo o papel de vítima ou fantasiando sobre retaliações a parceiros poderosos como os Estados Unidos

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou, ontem, mais agressividade do Brasil no jogo do comércio internacional. Ao comentar os resultados da recente reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, nos Estados Unidos, o senador disse que não se poderia esperar que o encontro produzisse um conjunto de normas e regras bem definidas com relação à circulação de mercadorias e serviços, observando que o quadro é muito complexo e demandará discussões prolongadas.

— Precisamos entender como funciona esse jogo, em que os países estão defendendo apenas seus próprios interesses, para também defendermos os nossos — afirmou. Jefferson Péres classificou como

“superficiais” as análises segundo as quais a reunião de Seattle aparece como um fracasso. Ele lembrou que a chamada “Rodada Uruguai” do Acordo Geral de Tarifas (GATT) — embrião da OMC — durou cinco anos. O importante a notar, no entender do senador, é que as discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio refletem os conflitos decorrentes do processo de globalização, em que os países pobres levam desvantagem natural.

— A globalização é uma arma de dois gumes. Exatamente por isso precisamos nos inserir de forma competente — disse o senador.

Isso não ocorreu, segundo ele, na abertura do Brasil às importações iniciada em 1990. O corte de tarifas num prazo muito rápido



Jefferson defende negociação sem concessões, no comércio externo, e união em blocos como o Mercosul

custou caro ao país.

Agora, observa o senador, os Estados Unidos levam à OMC a proposta de dificultar ou bloquear a importação de produtos de países que não consigam resolver problemas sociais graves como o trabalho infantil. Esse tipo de barreira

não tarifária ficaria consignado nas regras da OMC como cláusula social de um acordo geral de comércio, embora seja considerado por muitos como uma “hipocrisia” ou máscara para disfarçar o protecionismo norte-americano.

De acordo com Jefferson Péres, também a Europa protege seus interesses legítimos ao subsidiar a agricultura no pressuposto de que, além dos fazendeiros, protege o meio ambiente e a cultura. O Brasil, portanto, não deveria perder tempo fazendo o “papel de vítima” ou fantasiando sobre retaliações a parceiros poderosos como os Estados Unidos.

— Precisamos negociar sem concessões e nos unirmos na forma de associações como o Mercosul — recomendou.



Romero Jucá observou que a iniciativa tende a aumentar a transparência do Poder Judiciário

## Jucá aplaude decisão do STF de divulgar banco de dados

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de disponibilizar ao público o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário foi apoiada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), por entender que a iniciativa tende a aumentar a transparência de todo o sistema judiciário, além de estimular o diálogo com a sociedade e as instituições do Estado. O Banco de Dados, conforme informou, oferece uma ampla radiografia das atividades do Poder Judiciário, abrangendo desde a Justiça comum até os tribunais superiores.

Embora reconheça que a decisão do STF democratiza o Judiciário, Romero Jucá observou que o conjunto de dados disponibilizados seria mais compreensível e mais útil se fosse acompanhado por comparações, elucidações e comentários. “Teríamos, assim, maior facilidade em identificar onde se situam alguns dos problemas de funcionamento do sistema”, disse o senador.

Entre os problemas, Romero Jucá referiu-se ao excesso de formalismo contido nas normas dos processos judiciais comuns, levando a inúmeros pedidos de recursos e de adiamentos. Para ele, é chegada a hora de se acabar com procedimentos desnecessários, a fim de que o Judiciário ganhe mais rapidez e eficiência.

Jucá entende ser necessária a adoção de medidas destinadas a reduzir drasticamente o grande número de processos que permanecem nas várias instâncias e órgãos do Poder Judiciário, “sem resultados relevantes ou concretos”. Para o senador, a agilização do andamento de processos iria garantir, também, o direito à Justiça para todos os cidadãos, especialmente os de baixa renda.

## Lobão afirma que Brasil precisa exportar mais

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um alerta, ontem, para a necessidade de o Brasil vender mais no mercado externo. Ele observou que economias semelhantes à brasileira exportam, em média, 20% de seu Produto Interno Bruto, enquanto o Brasil só comercializa no mercado externo 5%



Edison Lobão lembra que as exportações brasileiras só alcançam 5% do PIB

de seu PIB. Nos últimos anos, a participação brasileira nas exportações mundiais, segundo o senador, decaiu de 1,84% em 1984 para 0,95% no ano passado.

Para aumentar as exportações, frisou o senador, é preciso melhorar a competitividade dos produtos. Ele lembrou que, entre os 44 produtos manufaturados de maior valor de compra, o Brasil oferece apenas nove. “Nos últimos dez anos, enquanto as exportações no mundo aumentaram em 74%, as nossas não ultrapassaram 48%”, lamentou.

Lobão criticou o que chamou de “um verdadeiro cipoal de leis”, no que diz respeito às exportações. “Existe uma série de restrições de caráter tributário que, na prática, inviabilizam as exporta-

ções. O Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo afirma que, para exportar US\$ 1.000, o empresário precisa gastar US\$ 476 com a burocracia.

— Precisamos nos conscientizar de que um aumento das exportações, mesmo ao peso de sacrifícios orçamentários, terá como

consequência imediata o aumento de nossas divisas, o que é crucial para defender o país das crises externas — argumentou.

O senador pelo Maranhão afirma que o Brasil vive, nesse momento, expectativas otimistas para o aumento das exportações. “Além da liderança do presidente Fernando Henrique, a cúpula administrativa reúne ministros como Pedro Malan (Fazenda), Alcides Tápias (Desenvolvimento e Comércio Exterior) e Prati de Moraes (Agricultura) que, com sua experiência, já terão diagnosticado os tropeços vividos pela exportação. Unindo seus talentos, saberão conceber uma política ágil que alavanque a exportação brasileira”, conclui Lobão.

## Amorim critica postura do governo na reunião da OMC

A postura brasileira na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Seattle, Estados Unidos, foi criticada ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Para ele, a reunião não definiu nada e, se tivesse definido, certamente seria contra o Brasil. “O governo, através do Ministério das Relações Exteriores, parece que, nessas reuniões internacionais, muda de camisa ao invés de brigar pelos interesses do país. Aceita imposições contra o trabalhador do campo e a

nossa agricultura”, afirmou.

Amorim entende que o país precisa ser repensado, pois enquanto os estrangeiros só emprestam dinheiro se fizermos o que eles querem, encontram aqui o BNDES de portas abertas e pronto para financiar a compra de estatais por empresas internacionais. “Enquanto esses países exportam produtos subsidiados para o Brasil, só permitem que desmatemos para plantar a soja que vai alimentar o gado deles”, acusou.

## Senador condena “falta de transparência” no Proex

O senador Ernandes Amorim pediu maior transparência nas informações fornecidas pelo Ministério da Fazenda sobre a redução dos subsídios do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). “Esses subsídios às exportações brasileiras, de até 3,8%, foram reduzidos até 2,5%, por imposição da Organização Mundial do Comércio”, lamentou.

De acordo com o senador, o go-



Amorim diz que subsídio foi reduzido por imposições

verno justifica os cortes pela falta de recursos. No entanto, denuncia, a OMC, em reunião de 20 de agosto último, solicitou que o Brasil promova alterações em seu programa de financiamento às exportações, no prazo de 90 dias. Segundo Ernandes Amorim, o representante brasileiro na OMC, embaixador Celso Amorim, informou que resolução do Conselho Monetário Nacional adequou o Proex às exigências daquele órgão.